

Terça-Feira, 12 de Maio de 2026

Pesquisa Quaest: Reprovação do Governo Lula no Mercado Financeiro Atinge 90%

Quase 60% do mercado acha que arcabouço fiscal, substituto do teto de gastos, não tem credibilidade

DA FOLHAPRESS

Após o anúncio do pacote de corte de gastos na última semana, com medidas apontadas por economistas como insuficientes para o cumprimento das regras fiscais, a reprovação ao governo Lula no mercado financeiro acelerou e chegou ao patamar de 90%. É o que aponta nova pesquisa realizada pela plataforma de investimentos Genial e pela empresa de inteligência de dados Quaest.

A nova edição do levantamento "O que pensa o mercado financeiro" foi realizada entre os dias 29 de novembro e 3 de dezembro, logo após o pacote de corte de gastos ser anunciado pelo ministro Fernando Haddad (Fazenda) em pronunciamento em rede nacional, no dia 27.

Foram feitas 105 entrevistas com gestores, economistas, analistas e tomadores de decisão de fundos de investimento com sede em São Paulo e no Rio.

A pesquisa anterior, realizada em março deste ano, a reprovação ao governo estava em 64%. Em julho de 2023, a gestão Lula registrou sua melhor marca na percepção do mercado. À época, 20% avaliavam a administração petista como positiva -ainda assim, a reprovação ficou em 44%; cerca de 36% dos entrevistados viam o governo como regular. Desde então, a rejeição vem crescendo.

Agora, Lula voltou ao patamar mais alto de rejeição de seu terceiro mandato. Em março de 2023, logo depois de o presidente tomar posse, 90% dos entrevistados avaliavam o governo como negativo, mesmo número observado na última pesquisa.

Ainda de acordo com a Quaest, atualmente 7% do mercado financeiro avalia a gestão Lula como regular, e 3% como positiva.

Dentre as medidas anunciadas por Haddad no pacote de contenção de gastos, estão a restrição do pagamento do abono salarial a trabalhadores que ganham até 1,5 salário mínimo, mudanças em regras para Previdência de militares e a proibição de benefícios fiscais em caso de déficit primário.

Além do pacote fiscal, Haddad também anunciou a ampliação da faixa de isenção do IR (Imposto de Renda) para quem ganha até R\$ 5.000, movimento visto com maus olhos pelo mercado por ir na direção contrária à redução de despesas.

Para compensar a medida, o governo também vai propor uma alíquota mínima de até 10% no IR (Imposto de Renda) para quem ganha mais de R\$ 50 mil por mês, o equivalente a R\$ 600 mil por ano.

A maior parte dos entrevistados diz ser muito provável que o Congresso aprove a ampliação da faixa isenta de IR.

Para 88% dos entrevistados pela Quaest, as medidas de pente-fino sugeridas pela Fazenda no pacote são favoráveis ao cumprimento da regra de gasto do arcabouço fiscal. Apesar disso, 58% dizem que o pacote é nada satisfatório.

O mercado apontou o fim da morte fictícia (quando os militares são expulsos e mesmo assim a família recebe recursos) e o fim da transferência de pensão militar como as medidas que mais irão ajudar a economia brasileira. Por outro lado, 85% veem a ampliação da isenção do IR como prejudicial à economia.

Sobre o arcabouço fiscal, 100% dos entrevistados dizem que a regra tem pouca ou nenhuma credibilidade. A maior parte afirma que a regra de gasto do arcabouço será sustentável somente em 2025 e 2026.

Pelo arcabouço, o crescimento real (descontada a inflação) das despesas não pode ser menor que 0,6% nem maior que 2,5%.

A avaliação do ministro Haddad continua positiva, mas caiu nove pontos percentuais desde a última pesquisa. No último levantamento, em março, metade do mercado considerava como positivo o trabalho do chefe da Fazenda -agora são 41%. A avaliação negativa cresceu de 12% para 24%. Cerca de 35% avaliam como regular -eram 38% antes.